

Governo busca superávits

■ Objetivo é economizar 2,5% do PIB em três anos e iniciar desenvolvimento

UGO BRAGA

BRASÍLIA — O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tem um projeto prioritário para os próximos três anos e três meses de seu mandato: fechar a torneira do dinheiro federal e aumentar ao máximo a eficácia da máquina de arrecadação. A meta é conseguir sucessivos superávits nas contas primárias (saldo de receitas contra despesas, exceto gastos com juros) para diminuir a necessidade de pedir dinheiro emprestado ao mercado financeiro sempre que precisar pagar suas contas.

O governo federal pretende gerar economias acima de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos três anos. Significa guardar sobras de receita equivalentes a cerca de R\$ 23,5 bilhões a cada ano. "Depois, o governo estará dando início ao desenvolvimento sustentado", explica o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo.

Sobras — Para a equipe econômica e o presidente da República, desenvolvimento sustentado é o ambiente em que empresas e pessoas vão direcionar sua poupança na ampliação de plantas industriais, melhorar suas moradias, construir novos edifícios, investir em novas empresas etc. Entende-se que poupança não é somente o dinheiro aplicado nas cadernetas. É todo capital que sobra na forma de lucros ou de salários.

Está direcionada para o mercado financeiro a maior parte da poupança financeira nacional, que no ano passado somou algo em torno de R\$ 136 bilhões, ou 15,2% do PIB, atraída pelas taxas de juros altas. Ao buscar maior



rentabilidade nos fundos de investimento financeiro ou em outras aplicações em renda fixa, o capital deixa de movimentar a economia real, o setor produtivo.

Clássico — Como já deixou claro no episódio da demissão do ex-ministro do Desenvolvimento Clóvis Carvalho, a idéia de Fernando Henrique é seguir o manual de política econômica clássica: se o governo gasta menos do que arrecada não precisa de financiamento. Se não precisa de financiamento, o sistema financeiro não cobra juros altos ao comprar títulos públicos oferecidos via Banco Central, pela política monetária. E se o juro é baixo, a poupança nacional é aplicada na produção e

não no ganho financeiro.

O resultado levaria o PIB a saltos anuais, num ritmo de 4% — dobro da média registrada nos últimos 20 anos — e seria suficiente para absorver todos os jovens que entrarem no mercado de trabalho no período, pensa a equipe econômica. Pelos seus cálculos, não só a força de trabalho futura será acolhida plenamente, como cerca de 1,5 milhão de pessoas, hoje sem emprego, conseguirão uma colocação no mercado formal.

Dúvidas — Os planos são tão ambiciosos que nem os aliados têm coragem de defendê-los publicamente. Os números a serem atingidos estão no orçamento do próximo ano e no Plano Pluria-

nual (PPA) do quadriênio, ambos enviados ao Congresso na semana retrasada.

Sabe-se que no Brasil há uma série de projetos de infra-estrutura que precisam ser executados para que a economia cresça de forma ordenada: construção de ferrovias, de rodovias e de hidrovias, principalmente, além de ampliação de portos e aeroportos, aumento das linhas de distribuição e implantação de usinas de geração de energia, entre outras dezenas de projetos.

Ao optar pela restrição fiscal, o governo está assumindo que não tem dinheiro para tocar esses empreendimentos e o que tem não será usado. Por isso, encomendou um estudo a um grupo de empresas especializadas em projetos e planejamento, aproveitou uma série de idéias do ex-secretário de Assuntos Estratégicos Eliezer Batista e montou o PPA, no qual oferece à iniciativa privada os projetos de infra-estrutura que não conseguiria tocar.

Rombo — Ao mesmo tempo, para resolver de vez o problema das contas públicas, a proposta é aprovar legislação que proíba os governantes de gastar mais do que arrecada — a Lei de Responsabilidade Fiscal —, além de simplificar ao máximo a arrecadação de impostos, com uma reforma tributária e regulamentar uma série de mudanças na Previdência Social para estancar o rombo no caixa do sistema, crescente desde 1990.

Os três assuntos, considerados estratégicos para os planos do governo darem certo, estão sendo debatidos no Congresso. E só serão aprovados rapidamente se a força política do Planalto começar a agir efetivamente, o que até agora não ocorreu.